


A invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder: desafios e estratégias de representação


ARTIGO

Maria Thaís de Oliveira Batistaⁱ 

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil

Priscila Nunes Brazilⁱⁱ 

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil

Belijane Marques Feitosaⁱⁱⁱ 

Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ em busca de representatividade e as estratégias que têm sido implementadas para reverter esse cenário. A investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, com base em autores como Michel Foucault, Judith Butler, Kimberlé Crenshaw, Guacira Lopes Louro e Berenice Bento, entre outros, que contribuem para compreender as dimensões estruturais da exclusão e as possibilidades de subversão das normas sociais. O estudo destaca como estigmas, desigualdades históricas e ausência de políticas públicas inclusivas contribuem para a invisibilidade de identidades LGBTQIA+. Por outro lado, evidencia-se o papel da atuação política, da interseccionalidade e da visibilidade como caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Os resultados apontam que, embora avanços tenham sido conquistados, ainda persistem obstáculos significativos à plena inclusão e representatividade dessas populações.

Palavras-chave: Invisibilidade. Representação. Poder. LGBTQIA+.

The invisibility of LGBTQIA+ people in spaces of power: challenges and representation strategies

Abstract

This article aims to investigate the challenges faced by LGBTQIA+ individuals in their pursuit of representation and the strategies that have been implemented to reverse this scenario. The research is based on a qualitative, bibliographic approach, drawing on authors such as Michel Foucault, Judith Butler, Kimberlé Crenshaw, Guacira Lopes Louro, and Berenice Bento, among others, who contribute to understanding the structural dimensions of exclusion and the possibilities for subverting social norms. The study highlights how stigmas, historical inequalities, and the absence of inclusive public policies contribute to the invisibility of LGBTQIA+ identities. On the other hand, it emphasizes the role of political activism, intersectionality, and visibility as pathways to building a more just

and democratic society. The results indicate that, although advances have been made, significant obstacles to full inclusion and representation of these populations still persist.

Keywords: Invisibility. Representation. Power. LGBTQIA+.

1 Introdução

2

A visibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder é uma questão crucial no contexto contemporâneo, em que a luta por direitos e reconhecimento social continua a desafiar normas estabelecidas e estruturas de opressão. Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão de direitos de gênero em legislações em várias partes do mundo, a realidade é que muitos indivíduos e comunidades LGBTQIA+ ainda enfrentam uma invisibilidade persistente em esferas decisórias. Essa invisibilidade não é apenas uma questão de representação, mas também um reflexo de desigualdades históricas e sociais que relegam essas identidades a um espaço marginal.

A marginalização de pessoas LGBTQIA+ é alimentada por uma combinação de preconceitos, estigmas sociais e a ausência de políticas públicas que reconheçam e abordem suas especificidades. Isso se manifesta em diversas áreas, como a política, na qual a sub-representação de vozes LGBTQIA+ resulta em decisões que não refletem suas necessidades e demandas, e no mercado de trabalho, onde a discriminação pode limitar o acesso a oportunidades e recursos. Assim, a invisibilidade de indivíduos LGBTQIA+ em espaços de poder perpetua um ciclo de exclusão e vulnerabilidade, tornando-se uma barreira significativa à construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Neste contexto, o presente artigo tem o objetivo de investigar os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ em busca de representatividade e as estratégias que têm sido implementadas para reverter esse cenário. Ao refletir sobre questões de resistência e mobilização, busca-se evidenciar como a luta por visibilidade e inclusão pode não apenas impactar a vida de indivíduos LGBTQIA+, mas também contribuir para uma

mudança social mais ampla que desafie normas opressivas e promova a diversidade em todas as suas formas. Por meio deste estudo, espera-se contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder que moldam a experiência de pessoas LGBTQIA+ e propor caminhos para a construção de espaços mais justos e representativos.

O estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, sustentando-se em um referencial teórico composto por autores como Judith Butler (1990, 1993), Kimberlé Crenshaw (1989), Michel Foucault (1978, 1982), Charles Tilly e Sidney Tarrow (2015), cujas contribuições são fundamentais para a compreensão das estruturas de poder, identidade, gênero e resistência. Além disso, documentos de organismos internacionais, como a UNESCO (2012) e a Human Rights Campaign (2018), oferecem dados e análises sobre a situação de pessoas LGBTQIA+ em diferentes contextos. A escolha por essas obras busca trazer à tona os desafios estruturais enfrentados por essa população, dialogando com perspectivas críticas que ajudam a refletir sobre a marginalização e as possibilidades de transformação social por meio da visibilidade e da representatividade em espaços de decisão.

2 Histórico de invisibilidade de pessoas LGBTQIA+

A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ é um fenômeno histórico marcado por processos de marginalização social, cultural e política que remontam à Antiguidade. Embora existissem registros de práticas homoafetivas em civilizações como a grega e a romana, em que tais relações eram, em certos contextos, toleradas ou mesmo institucionalizadas, essa aceitação era restrita a determinados papéis sociais e não significava o reconhecimento pleno de identidades não heteronormativas (Bento, 2006).

Com a consolidação do cristianismo e a crescente influência da moral religiosa nas estruturas de poder ocidentais a partir da Idade Média, a sexualidade passou a ser rigidamente controlada. Práticas homoafetivas foram progressivamente associadas ao pecado, à desordem moral e à heresia, resultando em perseguições institucionais e punições severas (Foucault, 1982). Esse processo consolidou uma lógica repressiva sobre

os corpos e os desejos dissidentes, invisibilizando vivências LGBTQIA+ e restringindo sua expressão pública.

Nos séculos XIX e XX, com o surgimento das ciências médicas e psicológicas, a homossexualidade passou a ser categorizada dentro de uma lógica patologizante. Termos como “inversão sexual” e “desvio” foram utilizados por autores da época para enquadrar essas experiências como anomalias psíquicas ou biológicas. Embora Freud tenha reconhecido a homossexualidade como uma manifestação da sexualidade humana, sua perspectiva ainda a tratava como um desvio de desenvolvimento (Parker, 2000; Louro, 2004). No Brasil, esse processo se refletiu na produção médica e jurídica, que, por décadas, legitimou práticas de exclusão social e institucional.

A partir da segunda metade do século XX, movimentos sociais passaram a questionar essa invisibilização histórica. O levante de Stonewall, em 1969, nos Estados Unidos, tornou-se símbolo da resistência contra a repressão policial e institucional e impulsionou a luta por direitos civis da população LGBTQIA+ em diversos países. No Brasil, a organização do grupo SOMOS, em 1978, representou um marco político na visibilidade das identidades dissidentes em meio à repressão da ditadura militar (Facchini, 2005).

A década de 1990 trouxe avanços significativos, como a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial da Saúde em 1990. No entanto, mesmo com conquistas legais e sociais recentes, como a criminalização da homofobia no Brasil, em 2019, as estruturas de exclusão permanecem atuantes. A sub-representação de pessoas LGBTQIA+ em cargos de poder, a violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero e o apagamento histórico continuam a ser desafios centrais (Miskolci, 2012).

Compreender esse histórico não é apenas um exercício de memória, mas uma forma de evidenciar os mecanismos pelos quais o silenciamento foi produzido e é ainda mantido. Resgatar essas trajetórias é essencial para desestabilizar narrativas hegemônicas e construir uma sociedade onde a diversidade sexual e de gênero seja respeitada e promovida.

3 Desafios estruturais à representação LGBTQIA+

A sub-representação de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder não é resultado apenas de preconceitos individuais ou discriminação isolada, mas sim de desafios estruturais profundamente enraizados nas instituições e nos sistemas sociais. Tais desafios se manifestam na forma de barreiras históricas, políticas, econômicas e simbólicas que limitam o acesso dessas populações aos processos decisórios, à cidadania plena e ao reconhecimento social.

Foucault (1982), ao investigar as relações entre poder e saber, argumenta que o poder não está concentrado apenas nas instituições formais, mas se infiltra nos discursos, nas normas sociais e nas práticas cotidianas. Para ele, “o poder está por toda parte; não porque abrange tudo, mas porque vem de todos os lugares” (Foucault, 1982, p. 89). Essa concepção permite compreender como certos grupos são sistematicamente excluídos da esfera pública e dos espaços de poder, não apenas por leis explícitas, mas por uma rede de dispositivos sociais que regulam quem pode ou não ser visível, audível e legítimo. Embora Foucault não tenha escrito diretamente sobre a população LGBTQIA+ tal como a nomeamos hoje, sua teoria fornece base para analisar como normas heteronormativas são reproduzidas institucionalmente, contribuindo para a invisibilidade e a marginalização dessas identidades.

A filósofa Butler (2019), por sua vez, ao introduzir o conceito de performatividade de gênero, questiona a naturalização das identidades sexuais e de gênero. Ela propõe que o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz reiteradamente, segundo normas culturais. Essa concepção é essencial para entender por que determinadas expressões de identidade de gênero são vistas como “legítimas” enquanto outras são excluídas dos espaços de poder. Butler (2019) argumenta que romper com essas normas, através da visibilidade e da afirmação pública das identidades LGBTQIA+, é um ato político de resistência que desafia as estruturas normativas da sociedade.

Para além das questões de gênero e sexualidade, a teoria interseccional de Crenshaw (1989a, 1989b) revela que a exclusão de pessoas LGBTQIA+ se torna ainda

mais complexa quando atravessada por outras dimensões da identidade, como raça, classe, território e deficiência. A autora demonstra que políticas públicas e estruturas jurídicas muitas vezes falham em considerar essas interseções, o que resulta em invisibilidade múltipla. No contexto brasileiro, por exemplo, pessoas trans negras e periféricas enfrentam barreiras adicionais de exclusão, tanto no acesso à educação quanto na inserção profissional e política.

É importante destacar que a sigla LGBTQIA+ — que contempla lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outras identidades — começou a ser utilizada mais amplamente no Brasil a partir da década de 2010, como uma forma de tornar mais visíveis as diferentes identidades dentro do movimento. Sua consolidação está vinculada ao fortalecimento de pautas de diversidade e inclusão, especialmente em ambientes acadêmicos, ativistas e institucionais.

Assim, os desafios estruturais à representação LGBTQIA+ se revelam não apenas na exclusão formal dessas pessoas das instâncias de decisão, mas também na persistência de um modelo de sociedade que privilegia determinados corpos e subjetividades em detrimento de outras. A superação dessa realidade exige a transformação das estruturas institucionais e simbólicas que sustentam a desigualdade e a construção de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da existência LGBTQIA+.

4 Estratégias de mobilização e resistência

As estratégias de mobilização e resistência desempenham um papel crucial na luta pela representação e visibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder. Essas ações são essenciais para enfrentar a discriminação, desafiar normas opressivas e promover mudanças sociais. Vários autores e teóricos têm contribuído para a compreensão dessas estratégias e suas implicações.

Uma das abordagens teóricas que fundamenta essa discussão é a teoria da performatividade, proposta por Butler (1993). A autora sugere que a resistência é uma

forma de subversão das normas de gênero e sexualidade, enfatizando que as identidades são construídas por meio de práticas sociais. A repetição dessas práticas pode, portanto, ser transformativa. Nesse contexto, manifestações de orgulho LGBTQIA+, paradas do orgulho e outros eventos de visibilidade funcionam como formas de performatividade que desafiam as normas tradicionais e promovem a aceitação e o reconhecimento.

A mobilização coletiva é outra estratégia fundamental na luta pelos direitos LGBTQIA+. Grupos organizados, como a Aliança Nacional de Grupos LGBTQIA+ (*National LGBTQ Task Force*) e a *Human Rights Campaign*, nos Estados Unidos, exemplificam como a formação de redes de apoio pode levar a mudanças significativas. Esses grupos utilizam campanhas de conscientização, *lobby* político e mobilização comunitária para promover políticas inclusivas e apoiar indivíduos LGBTQIA+ em suas lutas pessoais. Tilly e Tarrow (2015) argumentam que a mobilização coletiva é uma resposta a situações de injustiça, unindo indivíduos em torno de uma causa comum.

Além disso, a mídia desempenha um papel crucial na promoção da visibilidade LGBTQIA+. David Marshall (1997) argumenta que a representação na mídia pode influenciar a percepção pública e moldar as normas sociais. A presença de personagens LGBTQIA+ em filmes, séries e programas de televisão contribui para a desmistificação de estereótipos e para a aceitação das diversidades. Campanhas publicitárias que incluem pessoas LGBTQIA+ e histórias reais de vida ajudam a normalizar a diversidade sexual e de gênero, reforçando a necessidade de uma representação mais inclusiva.

Por fim, o *advocacy* para a inclusão de pessoas LGBTQIA+ em políticas públicas é uma estratégia de resistência significativa. Organizações como a GLAAD (*Gay & Lesbian Alliance Against Defamation*) e a ILGA (*International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*) trabalham para promover legislação que proteja os direitos LGBTQIA+, enfrentando a discriminação e buscando garantir igualdade em várias esferas, como saúde, educação e trabalho. Este trabalho é vital para assegurar que as vozes LGBTQIA+ sejam ouvidas em espaços onde decisões cruciais são tomadas.

5 Impacto da invisibilidade nas políticas públicas

A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder tem um impacto significativo nas políticas públicas, afetando diretamente a formulação, implementação e eficácia das políticas que devem atender a essa população. Esse fenômeno é multidimensional, manifestando-se em diversas esferas, incluindo saúde, educação, segurança e direitos civis.

Um dos efeitos mais diretos da invisibilidade é a falta de representação nas discussões políticas e na elaboração de leis que visem proteger os direitos e promover a igualdade de oportunidades para as pessoas LGBTQIA+. Segundo o relatório *da Human Rights Campaign* (2018), a ausência de vozes LGBTQIA+ nas mesas de decisão frequentemente resulta em políticas que não consideram as necessidades e desafios específicos dessa comunidade. Isso cria um ciclo de exclusão, no qual as políticas não são desenhadas para atender às realidades enfrentadas por indivíduos LGBTQIA+, perpetuando a discriminação e a marginalização.

A invisibilidade também contribui para a falta de dados e pesquisas que abordem as questões LGBTQIA+. De acordo com a *American Psychological Association* (2012), a ausência de dados desagregados sobre sexualidade e identidade de gênero em pesquisas nacionais e estaduais dificulta a identificação de necessidades específicas e a avaliação da eficácia das políticas existentes. Sem evidências concretas, é desafiador criar intervenções baseadas em necessidades reais, o que resulta em políticas genéricas que não abordam a complexidade das experiências vividas por pessoas LGBTQIA+.

Além disso, a invisibilidade pode impactar a implementação de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde e educação. Um estudo de McBride *et al.* (2018) destaca que, em muitos sistemas de saúde, a falta de treinamento específico para profissionais sobre as necessidades de saúde da população LGBTQIA+ leva à prestação inadequada de serviços. Isso pode resultar em barreiras no acesso a cuidados de saúde essenciais, exacerbando problemas de saúde mental e física entre os indivíduos LGBTQIA+.

Finalmente, a invisibilidade nas políticas públicas também se reflete nas representações sociais e culturais. Foucault (1978) discute como o poder e o

conhecimento estão interligados, e a falta de visibilidade contribui para a estigmatização e desumanização de pessoas LGBTQIA+. A ausência de políticas que abordem a educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas perpetua estereótipos prejudiciais e limita o entendimento das crianças e jovens sobre a diversidade humana.

Em síntese, o impacto da invisibilidade nas políticas públicas é profundo e abrangente, resultando em uma série de desafios que afetam a vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+. Para que as políticas públicas sejam efetivas e inclusivas, é fundamental que a visibilidade e a representação dessa população sejam priorizadas nas esferas política, social e cultural.

6 Avanços e desafios: a participação de pessoas LGBTQIA+ no cenário político brasileiro

A participação de pessoas LGBTQIA+ no cenário político brasileiro tem evoluído significativamente nas últimas décadas, refletindo uma luta contínua por direitos e reconhecimento. Historicamente, a invisibilidade e a marginalização desse grupo se manifestaram na escassez de representantes em posições de poder e na ausência de políticas públicas voltadas às suas especificidades. Com a crescente mobilização social e fortalecimento do movimento LGBTQIA+, especialmente a partir dos anos 2000, houve um avanço na conquista de espaços institucionais e na elaboração de políticas voltadas à equidade (Miskolci, 2012; Facchini; França, 2009).

Um marco importante no processo de visibilidade política da população LGBTQIA+ foi a fundação do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1980, por Luiz Mott. Trata-se da mais antiga organização de defesa dos direitos LGBTQIA+ no Brasil. O GGB ficou conhecido nacionalmente pela sistematização e divulgação de dados sobre violência contra essa população, influenciando o debate público e a formulação de políticas (GGB, 2023). Essa atuação pioneira foi essencial para inserir a pauta LGBTQIA+ na agenda política nacional e chamar atenção para a urgência da proteção de direitos.

A eleição de Jean Wyllys, em 2010, pelo PSOL-RJ, como o primeiro deputado federal assumidamente gay do Brasil, marcou um momento histórico na representatividade política LGBTQIA+. Wyllys destacou-se não apenas por sua visibilidade, mas por sua atuação legislativa em defesa dos direitos humanos, do combate à homofobia e da promoção de políticas de diversidade (Wyllys, 2016). Sua atuação representou uma ruptura simbólica com a exclusão histórica dessas identidades dos espaços de poder institucional.

Do ponto de vista normativo, embora não tenha sido elaborada especificamente para a população LGBTQIA+, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um marco no combate à violência de gênero. Ao reconhecer que a violência doméstica não se limita ao espaço conjugal heteronormativo, essa legislação contribuiu para discussões mais amplas sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ em contextos familiares e afetivos (Brasil, 2006).

Outro avanço significativo foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011, que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo com os mesmos direitos dos casais heterossexuais (Brasil, 2011). Posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 175/2013, determinou que os cartórios não podem se recusar a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Esses marcos jurídicos consolidaram o direito ao casamento civil igualitário e sinalizaram o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na legislação brasileira.

No campo das políticas públicas, destaca-se a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, instituída pela Portaria nº 2.836/2011, do Ministério da Saúde. Essa política estabelece diretrizes para o atendimento humanizado, o respeito à identidade de gênero, o combate à discriminação institucional e a ampliação do acesso aos serviços de saúde, especialmente para pessoas trans (Brasil, 2011b).

Nos últimos anos, a eleição de figuras como Erika Hilton, em 2020, a primeira vereadora trans da cidade de São Paulo e, posteriormente, deputada federal, representa uma conquista simbólica e concreta. Sua atuação tem sido pautada por propostas de enfrentamento à violência, acesso à saúde e à educação, e defesa dos direitos humanos.

Outro exemplo relevante foi David Miranda, eleito deputado federal em 2018, que deu continuidade à luta por justiça social e políticas inclusivas no Congresso Nacional (PSOL, 2023).

Apesar desses avanços, os desafios estruturais permanecem. A LGBTQIA+fobia, a violência política de gênero, os ataques discursivos e a fragilidade das garantias institucionais demonstram que o processo de inclusão ainda é desigual e instável. A luta por visibilidade e igualdade no espaço político exige não apenas a eleição de representantes LGBTQIA+, mas a construção de uma cultura democrática que reconheça e acolha a diversidade como valor fundamental da sociedade brasileira.

7 Perspectivas de inclusão e futuras direções

A inclusão das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder e nas políticas públicas é um tema de crescente relevância e complexidade nas discussões contemporâneas sobre direitos humanos e igualdade social. Compreender as perspectivas de inclusão requer uma análise das dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam a visibilidade e a representação dessa população, assim como a identificação de direções futuras para a promoção de uma sociedade mais equitativa.

Um dos principais caminhos para a inclusão é o fortalecimento da representação política das pessoas LGBTQIA+. Autores como Crenshaw (1989) enfatizam a importância da interseccionalidade, que reconhece que as experiências das pessoas são moldadas por múltiplas identidades e formas de opressão. Para promover a inclusão efetiva, é crucial que as políticas públicas considerem essas interseccionalidades e criem espaços para a participação ativa das vozes LGBTQIA+. Isso pode ser alcançado através da criação de conselhos consultivos ou comitês que incluam representantes da comunidade LGBTQIA+, garantindo que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e abordadas.

A educação é outro pilar fundamental para a inclusão. Investir em programas de formação que abordem a diversidade sexual e de gênero nas escolas e nas instituições públicas pode ajudar a combater a discriminação e a fomentar um ambiente mais inclusivo.

Segundo o relatório da UNESCO (2012), a educação inclusiva não apenas beneficia as pessoas LGBTQIA+, mas também promove a tolerância e o respeito entre todos os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. É essencial que os currículos escolares integrem temas de diversidade e que os educadores recebam capacitação para lidar com questões relacionadas à sexualidade e à identidade de gênero.

Além disso, as políticas públicas devem ser respaldadas por dados empíricos que reflitam as realidades vividas pelas pessoas LGBTQIA+. A coleta de dados desagregados sobre sexualidade e identidade de gênero em censos e pesquisas sociais é crucial para entender as necessidades específicas da população. Estudos, como o de Berenstein (2018), demonstram que políticas baseadas em evidências têm maior probabilidade de ser eficazes e de promover a equidade. Portanto, fomentar uma cultura de pesquisa que inclua questões LGBTQIA+ é vital para a elaboração de intervenções políticas mais informadas e sensíveis.

Por fim, a colaboração entre diferentes setores da sociedade civil, governo e organizações não governamentais pode impulsionar iniciativas inovadoras voltadas à inclusão das pessoas LGBTQIA+. Projetos que promovem o empoderamento econômico, a saúde mental e o bem-estar da população LGBTQIA+ têm mostrado resultados positivos em várias comunidades. O trabalho conjunto pode resultar em campanhas de sensibilização, ações afirmativas e programas de suporte que abordem as desigualdades enfrentadas por essa população.

Em conclusão, as perspectivas de inclusão das pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder e nas políticas públicas exigem um comprometimento coletivo e multifacetado. Ao priorizar a representação, a educação, a pesquisa e a colaboração, é possível construir um futuro em que a diversidade seja celebrada e as vozes de todos sejam ouvidas e respeitadas.

8 Considerações Finais

Este artigo explorou a invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder, destacando os desafios enfrentados por essa população e as estratégias de resistência e mobilização que têm sido implementadas ao longo do tempo. A análise de como essa invisibilidade impacta as políticas públicas e as direções futuras para a inclusão revela a necessidade urgente de um compromisso coletivo para promover a diversidade e a equidade em todos os níveis da sociedade.

As discussões abordadas ao longo do texto enfatizam que a invisibilidade não é apenas uma questão de representação, mas está profundamente enraizada em estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam a marginalização. A luta pela visibilidade e pela inclusão deve ser uma prioridade nas agendas políticas, educacionais e sociais. Para isso, é imprescindível a participação ativa das pessoas LGBTQIA+ na formulação de políticas que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Além disso, as instituições educacionais têm um papel fundamental na construção de uma cultura de respeito e aceitação. A inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos não apenas educa, mas também prepara as futuras gerações para uma convivência mais harmoniosa e respeitosa. A educação deve ser um espaço seguro onde todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam expressar-se livremente.

Ademais, a coleta de dados desagregados e a realização de pesquisas que abordem as questões LGBTQIA+ são essenciais para compreender as realidades e necessidades dessa população. Políticas públicas informadas por evidências têm maior probabilidade de ser eficazes e de atender às demandas específicas dos indivíduos marginalizados.

Por fim, é importante reconhecer que a inclusão das pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder e na sociedade como um todo é uma responsabilidade compartilhada. A colaboração entre o governo, organizações da sociedade civil, academia e as próprias comunidades LGBTQIA+ é fundamental para o desenvolvimento de iniciativas que realmente promovam a igualdade e a justiça social. Somente através de esforços

conjuntos e contínuos será possível superar as barreiras da invisibilidade e construir um futuro em que a diversidade seja valorizada e celebrada.

As reflexões e propostas apresentadas neste artigo visam contribuir para a construção de um caminho mais inclusivo e equitativo, reforçando que a luta pela visibilidade e pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ é, em última análise, uma luta por dignidade humana e justiça social.

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Manual de publicação da American Psychological Association**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERENSTAIN, N. Criando Políticas Baseadas em Evidências para Comunidades LGBTQ+: Um Chamado por Dados. **Social Service Review**, v. 92, n. 3, p. 436-458, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 4277 e ADPF 132. Reconhecimento da união estável homoafetiva. Brasília, 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: Sobre os Limites Discursivos do "Sexo". Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

(Tradução de: **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 175**, de 14 de maio de 2013. Diário da Justiça eletrônico, Brasília, DF, n. 89, p. 2-3, 15 maio 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **Desmarginalizando a Interseção de Raça e Gênero: Uma Crítica Feminista Negra da Doutrina Antidiscriminatória, Teoria Feminista e Políticas Antirracistas**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a interseção de raça e gênero: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e ao antirracismo. **Fórum Feminista**, São Paulo, n. 2, p. 25–42, 2002.
(Tradução de: *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*, 1989a.)

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 177-193, 2002.
(Tradução de: *Mapping the Margins*, 1989b.)

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90**. Campinas: UNICAMP, 2005.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Dissidências sexuais e de gênero: uma cartografia das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Garamond, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**, Volume 1: A Introdução. Nova York: Vintage Books, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de assassinatos de LGBTQIA+ no Brasil – 2022**. Salvador: GGB, 2023. Disponível em: <https://ggb.org.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN. **O Estado da Igualdade LGBTQ nos EUA**. 2018. Disponível em: <https://www.hrc.org>.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARSHALL, David. Democracia, Cultura e Comunicação: O Papel da Mídia na Esfera Pública. In: **O Companheiro Routledge para Estudos de Mídia e Ativismo**. Nova York: Routledge, 2015.

McBRIDE, K. R. *et al.* A Importância da Competência LGBTQ no Cuidado com a Saúde: Uma Revisão da Literatura. **American Journal of Public Health**, 2018. DOI: 10.2105/AJPH.2018.304680.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de hoje. São Paulo: Ed. Annablume, 2012.

PARKER, Richard. **Corpo, prazer e perigo**: ensaios sobre a sexualidade e a cultura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

PSOL. **Nota de pesar**: David Miranda, presente! 2023. Disponível em: <https://psol.org.br/nota-de-pesar-david-miranda/>. Acesso em: 15 maio 2025.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Performances Contenciosas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

UNESCO. **Respostas do Setor Educacional ao Bullying Homofóbico**. 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216179>.

WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim**: identidade, políticas e afetos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

i **Maria Thaís de Oliveira Batista**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5337-8507>

Universidade Federal de Campina Grande

Doutoranda em Educação (PPGE/UFPE). Pedagoga (UFCG). Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (CNPq/UFPE); o Grupo Núcleo de Estudos em Educação NEED (CNPq/UERN) e o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG).

Contribuição de autoria: Autoria e concepção das ideias do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6670856676696185>

E-mail: professoramariathaisdeoliveira@gmail.com

ii **Priscila Nunes Brazil**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7435-5814>

Universidade Federal de Campina Grande

Doutoranda em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande, na área de Estudos Linguísticos (PPGLE/UFCG). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (UFCG/CNPq) e o Grupo de pesquisa Linguagem, Interação e Cultura (GELInC/UFCG).

Contribuição de autoria: Autoria e concepção das ideias do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9288318310413144>

E-mail: prinunesbra31@gmail.com

iii **Belijane Marques Feitosa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9512-9397>

Universidade Federal de Campina Grande

Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Sergipe (PPGE/UFS). Professora da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). Integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIEPELPS) (CNPq/UFCG) e o Grupo de estudos e pesquisas queer e outras epistemologias feministas (CONQUEER) (CNPq/UFS).

Contribuição de autoria: Autoria e concepção das ideias do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2757336098779500>

E-mail: belimare.pb@gmail.com

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: André Ricardo Lucas Vieira e Manoel Messias de Oliveira.

Como citar este artigo (ABNT):

BATISTA, Maria Thaís de Oliveira.; BRAZIL, Priscila Nunes.; FEITOSA, Belijane Marques. A invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em espaços de poder: desafios e estratégias de representação. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15239, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15239>

Recebido em 18 de março de 2025.

Aceito em 16 de maio de 2025.

Publicado em 01 de setembro de 2025.